

**Inflação e dívidas reduzem o impacto dos estímulos**

**Conjuntura** Inflação e endividamento inibem consumo, mostra pesquisa

**Maioria quer FGTS e 13º para poupar e pagar dívidas**

**Alessandra Saraiva**  
Do Rio

A inflação em alta e o já elevado endividamento das famílias têm diminuído impacto favorável, no consumo, de duas medidas anunciadas pelo governo para estimular a economia: saque de até R\$ 1 mil do FGTS e antecipação de 13º salário para aposentados e pensionistas do INSS. A conclusão é da economista Viviane Seda, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que elaborou estudo sobre o tema.

No levantamento, divulgado com exclusividade para o Valor, com base na Sondagem do Consumidor da Fundação de Pesquisadora apurou que 66,9% dos pesquisados, com direito a esses dois recursos, vão usar o dinheiro ou para quitar dívidas; ou para poupar. Menos de um quarto dos entrevistados afirmaram que irão consumir bens e serviços com os recursos.

mensal acima de R\$ 9,6 mil informaram que vão guardar o dinheiro, ou 10,6%, pagar débitos.

“Eles [os poupadores] sentem que há incerteza muito forte este ano”, aponta a economista. Além da inflação em alta, que atingiu as faixas de renda, este é ano de eleições, fator que sempre confere dívidas em relação à trajetória da economia, lembra Viviane.

Se os mais ricos preferem poupar, os mais pobres preferem pagar o que devem. No estudo, entre as famílias com ganhos mensais abaixo de R\$ 2.100 mensais, e que informaram intenção de acessar os recursos, 42,3% vão quitar dívidas; e 28,6% vão poupar.

A preferência entre mais pobres de usar saque FGTS para quitar dívidas não é nova, acrescenta a economista da FGV. Em seu levantamento ela fez também um análise por renda do destino final desse recurso em 2022, comparado com outros anos em que União também usou o mesmo recurso. Usando questionários especiais anteriores, sobre mesmo tema, que também tinham como base a Sondagem do Consumidor da FGV, Viviane calculou que, em 2017, quando também foi possível sacar FGTS, 55,1% nas famílias com ganhos mensais até R\$ 2.100 quitaram dívidas em troca com o recurso. Em 2019, nessa mesma faixa de renda, 71,9% também usaram o recurso para pagar dívidas; em 2020, 49,1% nessa faixa de renda mais pobres mantiveram a opção. Assim como ocorre em 2022, todas as parcelas foram as maiores feitas, entre opções de destino do recurso, nessa faixa de renda, de acordo com o estudo.

Os preços mais altos estão inibindo um consumo maior das famílias com esses recursos e, ao mesmo tempo, a necessidade de quitar débitos acaba deslocando parte do dinheiro para diminuir volume de dívidas, diz Viviane.

“A impressão que tenho desses dados é que o impacto que o governo deseja [de aquecer a economia] será menor do que o esperado”, resume ela.

A pesquisa, questão especial da sondagem de maio, foi realizada entre 2 a 21 de maio, com 1.510 consumidores em sete capitais: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Se os mais ricos preferem poupar, os mais pobres preferem pagar o que devem. No estudo, entre as famílias com ganhos mensais abaixo de R\$ 2.100 mensais, e que informaram intenção de acessar os recursos, 42,3% vão quitar dívidas; e 28,6% vão poupar.

Do total de pesquisados, 53,2% informaram ter direito ao saque do FGTS, ou à antecipação de 13º salário. Desse total, 79,7% informaram que vai acessar recursos. Quando questionados como irão usar o dinheiro, 43,1% disseram que irão poupar; e 23,8% pretendiam quitar dívidas em troca. Do restante, 18% iriam comprar bens, como eletrodomésticos e roupas; e 6,8% consumir serviços, como restaurantes e viagens.

No caso da parcela maior registrada entre as opções, que foi de poupar dinheiro, Viviane diz que este resultado não significa que o brasileiro, em todas as faixas de renda, intensificou perfil poupador. Os que dispõem de mais renda, que preferem em sua maioria guardar, influenciaram o resultado. Nos dados separados por faixas de renda, também disponíveis no levantamento, 51,4% dos que integram famílias com renda

parcela da população que está endividada, e usa recursos para sanar dívidas”, completou. “E tem pessoas que optam por não pegar [acessar o saque do FGTS].”

Sanchez avalia que é possível imaginar um cenário em que as pessoas que usam o saque para a ajuda das ações do governo, liberem espaço no orçamento para acessar mais empréstimos e, com o crédito, consumam mais. Mas ele faz uma ressalva. No momento, há restrição de liquidez, não somente na oferta como no custo do crédito, devido ao patamar elevado de juros. Ou seja: mesmo que seja possível acessar crédito este ano de que em anos anteriores.

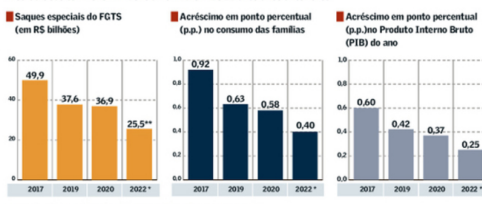
É há outro ponto que serve como desestímulo para um consu-



A economista Viviane Seda: “Impacto que o governo deseja [de aquecer a economia] será menor do que o esperado”

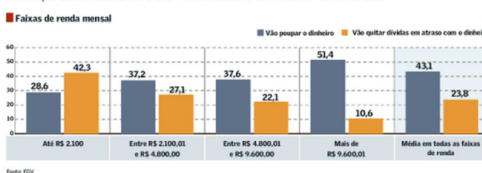
**Impacto de saques de FGTS**

Métrica deve ter menor influência no PIB em 2022 ante anos anteriores



**Mais ricos preferem poupar, mais pobres quitar dívidas**

Destinação de recursos de FGTS e 13º muda de acordo com a renda - em % do total



mo mais aquecido: o fato de, no caso da antecipação de 13º salário, isso afetar principalmente aposentados. “O perfil dele não é tão consumista, porque grande parcela da renda é associado ao consumo autônomo [quando gastos não variam muito de acordo com renda]”, afirma Sanchez.

No caso do 13º, diferentemente do FGTS, um recurso adicional no ano, o dinheiro da antecipação já era esperado que seria incorporado na economia, lembra Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter.

Para ela, houve “deslocamento” do impacto favorável, na atividade, que ocorreria no fim do ano — tendo em vista que o recurso originado de 13º, normalmente pago em dezembro — pa-

ra segundo trimestre do ano. “Este dinheiro já faz parte do rendimento [anual] das famílias”, disse a economista.

Rafaela acrescenta que as duas ações do governo são “efeitos que não se repetem” nos próximos trimestres, e cujo impacto favorável deve ficar concentrado mais no segundo trimestre. O calendário de início de saques do FGTS vai de abril a junho; e a antecipação de 13º, em maio.

“Boa parte dessa renda será aplicada em consumo, em comércio e em serviços”, avalia ela, ressaltando que as medidas do governo foram positivas, e devem alavancar desempenhos desses dois setores, no curto prazo. “Mas esse impacto [favorável na economia] não é sustentável.”

perdo o fôlego aos poucos. A medida que limita a liquida cobrada por Estados no ICMS de energia elétrica e combustíveis pode levar a uma redução um pouco mais forte dos índices de preços. Ainda assim, a inflação ao consumidor deve fechar o ano bem acima dos 3,5% da meta deste ano. Além disso, para trazer o indicador mais próximo da meta de 3,25% do ano que vem, os juros terão que ficar mais altos por mais tempo. O IPCA-15 está há dez meses acima de dois dígitos, sendo uma das principais pedras no sapato de Bolsonaro. A menos de 100 dias da eleição, ele tenta reduzir os efeitos da alta de preços a qualquer custo, seja pela redução de impostos de improviso, seja pelo aumento do valor de benefícios como o Auxílio Brasil e o vale-gás, seja pela instituição de uma ajuda aos caminhoneiros.

**Analistas veem efeito sobre o PIB deste ano**

Do Rio

Mesmo com obstáculos ao consumo, como inflação e dívidas em alta, o saque do FGTS e a antecipação de 13º salário para aposentados e pensionistas do INSS devem impulsionar não somente o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, mas também o desempenho do PIB anual para 2022. A avaliação é de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da XP, que calcularam esse impacto.

Para Marina de Figueiredo Garrido, economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre), as medidas estimularão consumo, com reflexo no resultado da economia no segundo trimestre. De acordo com ela, o acréscimo será de 0,4 ponto percentual na variação do PIB do segundo trimestre ante primeiro trimestre. O PIB deve crescer 0,7% nessa comparação, com as duas medidas do governo — e, sem essas ações, subiria 0,3%. “É impacto expressivo”, reconheceu. “Poderia ser maior, não fosse inflação e endividamento [altos]”, acrescentou. “A conjuntura não está ajudando”, concluiu.

E o PIB anual do país também deve ser favorecido, acrescentou Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos. O técnico pontua que, no caso da evolução anual da atividade econômica, nas projeções, deve ser levado em conta mais a influência do saque do FGTS, recurso adicional ao consumidor este ano. O 13º salário já era recurso previsto, a partir do quarto trimestre, lembrou ele.

Assim, no caso de 2022, o especialista calcula que o PIB de 2022 deve ter acréscimo de 0,25 p.p. ante 2021, graças a essa medida. Isso porque consumo das famílias, grande fator de influência na atividade, deve ter acréscimo de 0,4 p.p., na variação desse ano ante ano passado, favorecido pelo saque, informou ele.

“É preciso fazer ressalva que consumo das famílias tem subido há alguns meses. Outros fatores respaldam recuperação de consumo”, afirmou. O técnico cita recente recuperação do emprego, com impacto positivo na renda do trabalhador, e o pagamento do auxílio Brasil. Tanto que o economista prevê alta de 6% na massa de renda disponível no segundo trimestre, ante primeiro trimestre.

Margato frisou que as medidas do governo foram positivas e, no caso do FGTS, conta com influência relevante no PIB de 2022. No entanto, assim como a pesquisa da FGV admitiu que o consumo, com os recursos, poderia ser maior, não fosse inflação. “A inflação corrigiu o poder de consumo das famílias. [Sem inflação alta] o consumo seria superior, e isso é inquestionável. No entanto, as nossas estimativas já incorporam inflação pressionada”, afirmou.

O PIB do segundo trimestre deve ser anunciado pelo IBGE em 1º de setembro.

**Menos disseminada, inflação ainda supera 12% em 12 meses**

**Análise**

**Sergio Lamucci**  
São Paulo

O IPCA-15 de junho ficou acima do esperado pelos analistas, mas o indicador mostrou uma inflação um pouco menos disseminada, com desaceleração mais expressiva nos preços de alimentação no domicílio e bens industriais e mais moderada em serviços. No acumulado em 12 meses, porém, a variação segue firme acima de dois dígitos — passou de 12,2% em maio para 12,04% em junho, nessa base de comparação. A inflação elevada e persistente é um problema que mais altam a popularidade do presidente Jair Bolsonaro. O Goldman Sachs estima que, em 12 meses, o indicador ficará acima de 10% até outubro deste ano e acima de 8% até março do ano que vem.

No mês, o indicador subiu 0,69%, número um pouco superior ao 0,65% da mediana das projeções dos analistas ouvidos pelo Valor Data e acima do 0,59% do índice de preços no domicílio, o que mostra o percentual de itens em alta no mês, recuou de 74,93% em maio para 68,94% em junho, mas ainda acima dos 65,67% do mesmo mês do ano passado, segundo números da MCM Consultores Associados. É um percentual que continua alto, evidenciando uma inflação ainda espalhada pela economia.

Medidas que buscam eliminar ou reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

1,1% em maio para 0,89% em junho. Em 12 meses, a taxa acumulada aumentou de 10,14% para 10,43%, aponta a MCM. Em resumo, medidas que procuram excluir choques de preços mais voláteis, mas não de itens de alta inflação, não são suficientes para reduzir a inflação dos itens mais voláteis, os núcleos de inflação tiveram alguma desaceleração no IPCA-15. No entanto, a média dos cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo Banco Central (BC) ainda exibe alta expressiva, passando de

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil **Caderno:** A **Página:** 4